



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado JOE VALLE



REQUERIMENTO N^o RQ 3073 /2017

(Do Senhor Deputado Joe Valle)

L I D O

Em 10/10/17

Secretaria Legislativa

Requer a realização de Audiência Pública no plenário às 9 horas do dia 28 de novembro de 2017 para debater a situação das Creches no âmbito do Distrito Federal e outros serviços voltados para crianças.

Setor Protocolo Legislativo

RQ N^o 3073 / 2017

Folha N^o 1 de 10

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL:

Nos termos do artigo 124 do Regimento Interno, venho à honrosa presença de Vossa Excelência requerer a realização de Audiência Pública no dia 28 de novembro de 2017 às 9 horas no plenário para debater a situação das Creches no âmbito do Distrito Federal e outros serviços voltados para crianças.

JUSTIFICAÇÃO

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, ajuda no desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social da criança, complementando a ação da família e da comunidade. É oferecida gratuitamente em creches pelo nosso governo. Além da instituição governamental temos as instituições sem fins lucrativas que contam com doações, ajuda de voluntários e com contribuições oriundas de pessoas físicas e jurídicas. Um exemplo dessa ação é a Creche Criança Cidadã sem fins lucrativos que atende cerca de 60 crianças de 1 a 8 anos, em horário integral e parcial.

A entidade fornece 4 refeições diárias: café da manhã, lanche, almoço e jantar.

Em 1993, pela iniciativa de 3 servidores do Tribunal de Contas da União, inspirados no trabalho do sociólogo Hebert José de Souza, o Betinho, foi criado o Comitê de Solidariedade dos Servidores do TCU com o objetivo que assistir instituições

SECRETARIA LEGISLATIVA	
Recebi em <u>10/10/17</u>	às <u>15:30</u>
Assinatura <u>[assinatura]</u>	Matrícula



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado JOE VALLE



do DF e entorno. Atualmente, somos uma ONG, legalmente constituída, sem qualquer vinculação político-religiosa.

Outro exemplo de solidariedade é a entidade da Tia Angelina. Chamada primeiramente por "Sementinha", ou "Creche Tia Angelina", em todos esses anos, o número de crianças atendidas passou de 40 para 442, funcionando em horário integral, além de ter havido o aumento e a qualificação da mão-de-obra e a oferta de outros serviços sociais à comunidade (atividades com crianças e jovens, adultos, mulheres), além de divulgação de vagas de empregos e atendimentos e de serviços de utilidade gratuitos.

Como toda entidade filantrópica, contam com ajudas voluntarias e doações de todos que possam colaborar.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, organizado pelo Ministério da Educação (MEC), as creches devem educar, cuidar e proporcionar brincadeiras, contribuindo para o desenvolvimento da personalidade, da linguagem e para a inclusão social da criança. Toda criança tem direito ao acesso à escola desde o seu nascimento. Este direito está assegurado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e registrado também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Atividades como brincar, contar histórias, oficinas de desenho, pintura e música, além de cuidados com o corpo, são recomendadas para crianças que frequentam a escola nesta etapa.

Atualmente, o DF conta com mais de 260 escolas, creches e jardins de infância públicos. São catalogadas 59 creches conveniadas e estão distribuídas nas seguintes regiões administrativas:

Setor Protocolo Legislativo
RQ Nº 3073 / 2017
Folha Nº 2 de 10



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado JOE VALLE



Paranoá e Itapoã (1), Santa Maria (1), São Sebastião (1), Guará (4), Brazlândia (1), Plano Piloto e Cruzeiro (11), Taguatinga (6), Samambaia (10), Recanto das Emas (2), Ceilândia (7), Núcleo Bandeirante (8), Sobradinho (1), Planaltina (2), Gama (4).

As instituições atendem cerca de 53 mil crianças entre o maternal e os jardins 1 e 2, com até cinco anos. Ainda assim, há muitas famílias aguardando uma vaga, seja perto ou longe de casa. Um dos desafios dos pais é conseguir vaga para seu filho nas creches. (Jornal de Brasília)

Segundo ASPAS (Associação de pais e alunos das Instituições do DF):

"Secretaria de educação estima que até 15 mil alunos passem a estudar em escolas públicas. A migração de alunos da escola particular para escolas públicas para o próximo ano é em decorrência da crise financeira. Muitos pais acham difícil adequar o orçamento doméstico ao percentual de aumento das mensalidades".

A diretora pedagógica da Creche Casa da Mãe Preta, Olga Maria Cardoso, relata por meio de comunicação Jornal de Brasília que:

"O Núcleo Bandeirante, que atende crianças de zero a quatro anos, diz que o local não tem mais vagas, pois todas as turmas já estão com a lotação máxima – 21 alunos. Os critérios para o preenchimento são determinados pela Regional de Ensino. Mas, de fato, quase não atendemos crianças do Núcleo Bandeirante. Faltam creches em outras regiões e as crianças são enviadas para cá".

Outro problema que as creches passam, são os repasses de verbas para as instituições. A Vice-Presidente do Conselho de Entidade de Promoção de Assistência Social (CEPAS), Roberta Moraes afirma que;

"Confirma os constantes atrasos no repasse pelo GDF. O pagamento deveria ser feito a cada três meses. Além disso, ela ressalta que os salários dos trabalhadores contratados são reajustados anualmente, mas há três anos o GDF não faz qualquer

Setor Protocolo Legislativo
RQ Nº 3078 / 2017
Folha Nº 3 de 10.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado JOE VALLE



tipo de reajuste. "Estamos com uma defasagem de 42%", em decorrência da inflação do ano, reclamou Roberta". CEPAS

O ambiente escolar tem que ter um espaço que seja dinâmico, vivo, "brincável", explorável, transformável e acessível para todos.

Na audiência proposta serão discutidos a deficiência de vagas nas creches, os problemas e possíveis soluções, atender os anseios das famílias que buscam melhorias quanto a infraestrutura e discutir uma solução para colaborar com as instituições não governamentais.

É dever do Estado fazer com que a propriedade urbana cumpra com o seu papel social, pois só assim a população poderá trabalhar, criar seus filhos e contribuir efetivamente com a sociedade mais justa e menos desigual.

Pelo acima exposto, com a necessidade que urge para o debate da matéria, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Requerimento.

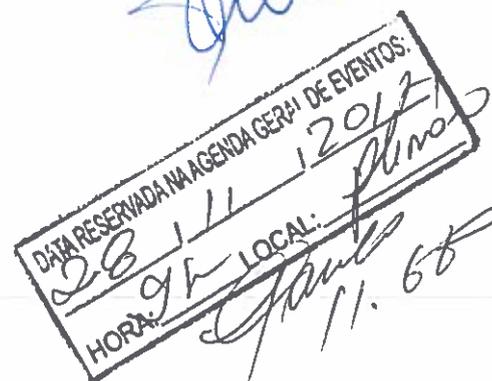
Sala das Sessões, em de 2017.

Deputado JOE VALLE

PDT



Setor Protocolo Legislativo
RQ Nº 3073 / 2017
Folha Nº 4 D.K.



Assunto: Distribuição do Requerimento nº 3.073/17.

Autoria: Deputado (a) Joe Valle (PDT)

Ao SPL para indexações, em seguida a Secretaria Legislativa para inclusão na Ordem do Dia. (Art. 145, VIII do RICL).

Em 11/10/17



MARCELO FREDERICO M. BASTOS
Matrícula 13.821
Assessor Especial

Setor Protocolo Legislativo

RQ Nº 3073 12017
Folha Nº 5 10.